

XXIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA  
29 de septiembre y 4 de octubre de 2013, Santiago de Chile  
GT 10: Estudios políticos, sócio-jurídicos e institucionales

## **BASE NAVAL DA ILHA DA RITA/SFS: DEFESA, SEGURANÇA NACIONAL E O PERIGO ALEMÃO NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

M.Sc. Roberta Nabuco de Oliveira (UNIVILLE)  
Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (UNIVILLE)

### **Resumo:**

O presente artigo traz parte dos resultados da pesquisa de mestrado de mesmo título deste artigo desenvolvida pelas autoras nos anos de 2011 e 2012. A pesquisa contou com levantamento e análise de documentos escritos, além de revisão bibliográfica sobre os temas que envolvem defesa e segurança nacional a fim de entender os condicionantes políticos que definiram a presença de uma Base Naval no sul do território brasileiro, no início do século XX. O cruzamento dessas informações possibilitou apontar elementos que atestam que essas preocupações do período estiveram relacionadas à ideia de um “perigo alemão” no Brasil e de que a garantia da unidade cultural e territorial no país versou sobre práticas autoritárias legitimadas pela soberania do Estado Nacional.

Palavras chaves: Defesa, Segurança Nacional e Perigo alemão.

### **1 Introdução**

O presente artigo visa apresentar resultados da pesquisa que teve por objetivo entender os condicionantes políticos que definiram a presença de uma Base Naval no sul do território brasileiro, no início do século XX. Uma revisão bibliográfica sobre os temas aqui tratados foi feita, contemplando as áreas da História, das Ciências Sociais e das Relações Internacionais, juntamente com levantamento e análise de documentos escritos. O cruzamento dessas informações possibilitou apontar elementos que atestam que as preocupações relacionadas à ideia de um “perigo alemão” no Brasil, culminaram em ações das Forças Armadas para com a região Nordeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, sendo a idealização e concretização de uma base naval na Ilha da Rita/SFS, parte da emergência dessa preocupação com os núcleos germânicos no sul do país. Neste sentido fora possível perceber uma montagem de um sistema de vigilância e controle sobre a região, por meios militares e diplomáticos do qual versou sobre condições internas frente ao cenário político internacional do período de estudo, a fim de garantir uma unidade cultural e territorial.

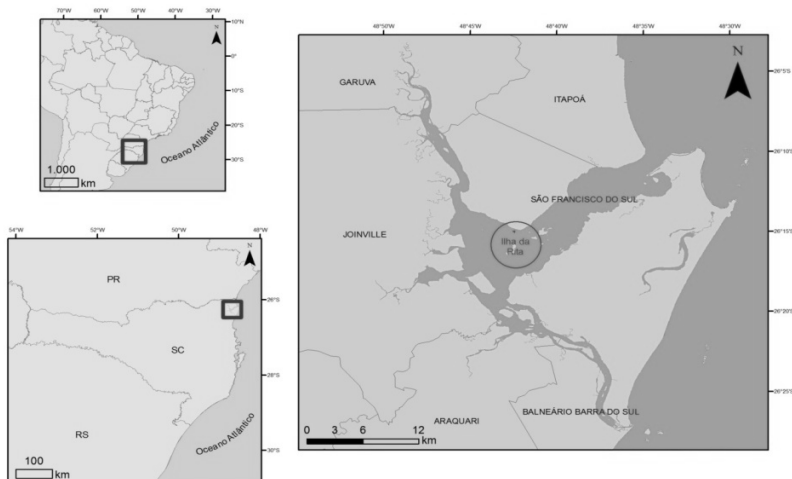
Presenciaram-se ao longo do século XX, no Brasil, lutas promovidas pelos novos sujeitos e a partir desses enfrentamentos é que emergiu o questionamento de quem de fato tinha direito na utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado, assim como no que se refere a participação política. O artigo permeia a concepção de que um país se faz no desenrolar dos enfrentamentos dos diversos grupos e interesses sobre um determinado espaço, ou seja, por suas posições frente aos problemas cotidianos e as idealizações e construções simbólicas em torno destes problemas. Dessa forma a proximidade de certos grupos no Brasil com diversas ideologias europeias fomentaram mobilizações políticas que inseriram novas possibilidades sociopolíticas no cenário brasileiro como no caso aqui dos imigrantes e seus descendentes de nacionalidade alemã. Assim, entende-se que temas como educação e mobilizações políticas foram alvo de questionamentos para as ações das Forças

Armadas no Brasil na primeira metade do século XX. Também se percebe que a emergência de conflitos políticos relacionados a cidadania se fazem enquanto respostas à práticas institucionalizadas de controle social e que muitas vezes com marcas autoritárias, do quais são legitimadas por acepções do Estado Moderno e de seu caráter nacionalista.

## 2 Processos históricos

A Ilha da Rita, conforme pode ser observada na Figura 1, está localizada no município de São Francisco do Sul e integra a região nordeste de Santa Catarina, ao sul do território brasileiro, sendo uma das 24 ilhas que compõem a baía da Babitonga. A Ilha da Rita e a sua ligação com a Marinha teve início em 1918, quando esta adquiriu a ilha por meio de um contrato de compra e venda<sup>1</sup>. Contudo, foi somente em 1937 que as obras de construção da base tomaram corpo, sendo inaugurada em 1940, com a presença do então presidente da república Getúlio Vargas. A base teve o seu auge de funcionamento o período correspondente a da Segunda Guerra Mundial, e após esse período, iniciou-se um processo de abandono pela falta de uso e manutenção do qual levou a sua desativação em 1967, em já precárias condições de uso.

Figura 1 – Mapa da posição geográfica da Ilha da Rita



Fonte: André Lima – Centro de Cartografia Digital Unville, 2012.

A idealização e concretização da base naval da Ilha da Rita pela Marinha estavam em consonância com as aspirações do governo federal no sentido de aparelhar as forças armadas no novo projeto de nação que se desenhava pelo discurso da ditadura do Estado Novo, sob o comando do presidente Getúlio Vargas. Pois, o Brasil da década de 1930 vivencia o surgimento de uma burocracia civil e militar no estado brasileiro, formando-se um novo sistema de dominação pautado na reestruturação das Forças Armadas, e capacitado no sentido de assegurar as metas de industrialização adotadas pelo novo grupo do poder (PRESTES, 1999). Segundo a autora, os principais aspectos da reorganização promovida nas forças armadas no pós-30 era o Exército e a Marinha. Ponto também convergente em Alves: “Do ponto de vista militar, particularmente durante o Estado Novo (1937-1945), grande esforço foi despendido para a modernização das Forças Armadas” (ALVES, 2005, p. 2). E, segundo Rouquié, essa burocracia militar estava envolta em três objetivos:

[...] centralizar o poder colocando um ponto final à sua dispersão geográfica, controlar o conjunto do território através de suas guarnições, que servem como

<sup>1</sup> A Ilha foi adquirida de Francisco José de Almeida e sua esposa.

representantes do estado nacional, defender a soberania e, finalmente integrar os diferentes componentes étnicos, sociais e regionais emprestando-lhes o sentimento de membros de uma mesma comunidade (ROUQUIÉ, 1984, p. 122).

Essa visão militar do estado brasileiro pode ser percebida em diversos discursos de Getúlio Vargas desde o programa da Aliança Liberal, em 1930, enquanto ainda não detinha efetivamente um cargo de amplitude nacional no Estado brasileiro, como em 1938, durante o Estado Novo, como então Presidente da República. Como se pode observar no discurso pronunciado, de improviso, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da escola militar, em Rezende (RJ) no dia 29 de junho de 1938 mesmo ano em que está em andamento a construção da base de abastecimento de São Francisco do Sul – Base Naval da Ilha da Rita, “O Estado Novo e as Forças Armadas”,

Prosseguindo na execução do mesmo plano de defesa nacional, a nossa Marinha de guerra está sendo aparelhada e modernizada, com o cumprimento dos contratos de fornecimento feitos no estrangeiro. E, ao mesmo tempo, nas efusões de um entusiasmo digno de louvores, os nossos estaleiros e os nossos arsenais se aprestam na construção e no lançamento ao mar de outras unidades navais, que integrarão a Marinha no valor das suas belas tradições e [...]

Faz-se necessário pensar em quais fatores de defesa e segurança nacional foram empreendidos pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX, diante das fortes influências do pensamento militar na elaboração das políticas de Estado?

O Brasil da primeira metade do século XX apresenta uma série de conflitos internos que foram fundamentais para o amadurecimento político do país, no que tange a questões relativas à representação e mobilização de massas. Esses conflitos colocavam em risco a ordem política do Estado, o crescimento das cidades proporcionava um aumento no número de indivíduos que ansiavam por melhorias nas condições da vida social. Questões ainda afloradas pela chegada de teorias ideológicas no Brasil, como o anarquismo, o socialismo, o nacional-socialismo e contrárias ao ideal Liberal da formulação e construção da República, polarizações estas que vão pôr em pauta na agenda pública as questões acerca dos percalços que envolvem a construção da cidadania. Quem seria o verdadeiro cidadão brasileiro? Quem teria direitos de reivindicar mudanças e melhorias na organização político-social? Questões estas que não marcaram apenas o pensamento social brasileiro, a partir de discussões sobre a identidade nacional, mas também como mostraremos neste artigo, assinalamos que elas desencadearam práticas políticas autoritárias e legalmente institucionalizadas.

Desde o século XIX, o país vivenciou maciços incentivos para a imigração de europeus no sentido de criar, dentre outras coisas, condições para o branqueamento da população, gerando, em decorrência disso, o desenvolvimento econômico, político e social do país. Além do desejo de branqueamento havia também a necessidade de ocupação de terras na região Sul do país, a fim de garantir os limites territoriais, e a substituição da mão de obra escrava após a abolição da escravatura, de modo que a soma desses dois fatores culminou em uma concentração desses imigrantes europeus nos três estados do Sul. Quando se iniciou o processo de imigração, não se imaginava que esses indivíduos pudessem ganhar destaques políticos, ocasionando ameaças às posições sociais dos “brasileiros” de origem lusa. Segundo Zanellato (2011), em 1930, acentua-se uma crescente insatisfação desses brasileiros de origem lusa, fato também apontado por Queiroz nos anos de 1910 e 1920:

A onda de imigração estrangeira, que se avolumara nos últimos anos do século XIX, persistiu durante as primeiras décadas do século XX; e pelos anos [19]10 e [19]20, alguns dos recém-chegados e seus descendentes já haviam se alçado a estratos mais elevados da hierarquia socioeconômica e até política, atingindo mesmo posições importantes na administração pública. Assim, não apenas a

europização cultural ameaçava a antiga civilização originada no período colonial, que estava sendo literalmente afogada pela avalanche de traços culturais estrangeiros, mas também os próprios imigrantes estavam ameaçando as posições sociais dos brasileiros, e ocupando postos de mando que deveriam ser atribuídos a estes (QUEIROZ, 1989, p. 25).

Segundo Seyferth (1999) essa visibilidade dada pelos imigrantes europeus no sul do país colocava em cheque a atuação do Estado brasileiro, evidenciando o problema da sociedade nacional: a fragmentação e a ausência do Estado em diversas áreas do país. Dessa forma a discussão a respeito da identidade nacional ganhou novos contornos, que foram além da triada matriz de portugueses, negros e índios, diante da inserção de novos processos de imigração de europeus não portugueses a partir da segunda metade do século XIX.

### 3 Defesa, segurança nacional e cidadania

O Brasil nunca se constituiu como uma potência militar propriamente dita. Porém, a presença do pensamento militar na política de Estado deu condições para que algumas práticas fossem recorrentes: o controle de mobilizações sociais e ações violentas em nome de uma soberania territorial e cultural. Segundo a concepção de Huntington (HUNTINGTON, 1996, *apud* MEDEIROS FILHO, 2011, p. 178),

[...] é da natureza das percepções militares realçar a magnitude e a iminência das ameaças à segurança. Normalmente, o militar vê com alarme a probabilidade e a iminência das ameaças à segurança do Estado e sente-se responsável por alertar a nação sobre a gravidade das ameaças percebidas. A responsabilidade social de uma profissão institucional baseada na administração da violência legítima do estado exige dos militares a adoção de uma postura de alerta constante em relação à probabilidade de ameaças.

A natureza militar do nosso objeto de estudo nos sugere questionar: por que os países demandam estratégias militares e de defesa? E o que significa a construção de bases militares, investimentos em armas, a criação de arcabouços normativos de regulação da convivência que interferem nas condições do território, do direito e da cidadania? Primeiramente é importante entender algumas questões teóricas e conceituais sobre a relação do Estado com as Forças Armadas e os conceitos de defesa e segurança nacional para responder a essas indagações.

Ao se pensar nos Estados-Nações e em como se deu sua constituição e o desenvolvimento deles, retoma-se ao seu conceito clássico de Estado Moderno, que alia as seguintes características formadoras: o território, a soberania, o monopólio da violência física<sup>2</sup>, o arcabouço jurídico e os ideais de cidadania aliados a um conjunto simbólico nacionalista. "Uma relação de homens dominando homens mediante violência considerada legítima" (WEBER, 2010, p. 56). Mesmo diante das atuais transformações da realidade, que implicaram novas características conceituais, serão os elementos clássicos a serem observados nesta pesquisa, por se tratar de um momento histórico em que as forças dessas dimensões teóricas se efetivaram em práticas políticas em todo mundo, inclusive no Brasil. Por intermédio de práticas institucionalizadas buscou-se aqui ressaltar traços culturais específicos e suprimir valores e signos contrários ao seu ideal construído de bem coletivo.

---

<sup>2</sup> Segundo Weber, não significa que apenas o Estado fará uso da força, na medida em que os indivíduos e as organizações civis também poderão, em casos diversos, fazer uso da violência física, mas sim, que somente o Estado é autorizado pela sociedade a usá-la com legitimidade.

A ambição era criar artificialmente o que não se podia esperar que a natureza criasse; ou melhor, o que não se devia permitir que criasse. O Estado moderno era um poder planejador, e planejar significava definir a diferença entre ordem e caos, separar o próprio do impróprio, legitimar um padrão a expensas de todos os outros. [...] (BAUMAN, 1999, p. 117).

O conceito de segurança no campo das Relações Internacionais no início do século XX esteve relacionado às questões de soberania, pois era necessário garantir a sobrevivência do Estado<sup>3</sup>, que passaria por

[...] dois níveis: o doméstico para o qual é necessária a manutenção da ordem interna por meio de um governo forte e que tenha capacidade de apaziguar os conflitos entre os grupos e as ações revolucionárias, e externo, que se refere à segurança do Estado em face aos outros estados ou grupos externos (SOUZA, 2011, p. 150).

Desse modo, para garantir a soberania, muitos países pensavam em termos militares. Mas como se concretizam as ações militares? Sabe-se que “o preparo e o emprego das Forças Armadas demandam tempo de maturação e recursos de natureza diversificada, bem como são dependentes dos demais segmentos do Poder Nacional” (ABREU, 2009, p. 29). Então, por mais que um Estado tivesse a vontade de possuir uma grande força militar, muitos não conseguiram tirar seus projetos do papel, ou tiveram que se contentar com o “possível”, como fora o caso brasileiro que durante as primeiras décadas do século XX esbarrava em grandes dificuldades de recursos financeiros e tecnológicos. Essa situação implicou ao Brasil uma constrangedora situação de dependência em relação a outras nações que possuíam tais recursos.

De acordo com o conceito de defesa, o Estado pode também priorizar ações de segurança que não se utilizem das Forças Armadas, principalmente pelos altos gastos financeiros e até mesmo pelos prejuízos humanos deles decorrentes. Dessa forma, prioriza-se o desenvolvimento de atividades diplomáticas.

[...] a Defesa tem como objetivo primordial a segurança de um ordenamento que se identifica com as próprias instituições políticas. Estas são frequentemente expostas a riscos de agressão, provenientes do exterior e do interior, conforme as mais variadas modalidades. O uso dos aparelhos militares e o emprego da força armada constituiu apenas um dos perfis das modalidades defensivas, na medida em que se recorre, de forma complementar ou substitutiva, a muitas outras administrações públicas. Além disso, é preciso acentuar que, onde se identifiquem forças políticas que caracterizem um ordenamento como último objetivo da Defesa, existem muitos outros perfis da tutela de segurança (BONANATE, 1998, p. 315).

As ações de Defesa podem, dessa forma, apresentarem-se como ordenamentos normativos e jurídicos, principalmente quando a agressão se processa no interior do território, como no caso da formulação de Decretos-Lei. No caso aqui, cita-se como exemplo o decreto n. 24.215 de 1934, sobre um controle mais rigoroso das operações portuárias no Brasil durante a década de 1930, que aponta para a importância do porto de São Francisco do Sul no quadro nacional.

Essas questões conceituais se fazem essenciais para que se possa entender a inserção do Brasil no cenário político internacional no início do século XX, diante das fontes encontradas pela pesquisa. Por isso, faz-se também relevante delinear observações sobre o papel e a atuação política das forças armadas no período aqui compreendido.

<sup>3</sup> Essa percepção teórica que fora inaugurada por Maquiavel, no século XVI, fora então retomada por Hans Morgenthau no campo das relações internacionais no século XX.

#### 4 O estado brasileiro e o “perigo alemão”

No que se refere a preocupação com os núcleos germânicos no sul do país, de acordo com Perazzo (1999), a ideia da existência de um “perigo alemão” aparece tanto em discursos de autoridades militares como de autoridades diplomáticas brasileiras, mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra, no que ela chamou de uma “retórica especificamente antialemã” (PERAZZO, 1999, p. 54).

A preocupação com a grande concentração de imigrantes alemães na região Sul do país pode ser também evidenciada pelo destacamento de dois batalhões de caçadores para Blumenau, em 1939, e segundo relatório da polícia de Porto Alegre, com a justificativa de que era “devido ao “perigo alemão” (PERAZZO, 1999, p. 55). Uma das primeiras medidas do general Emilio Lucio Esteves, ao chegar em Blumenau com os batalhões, foi escrever em 26 de setembro de 1939 ao Interventor Federal de Santa Catarina, Nereu Ramos, solicitando em caráter de urgência que fosse fornecido “os elementos relativos ao plano de instalação de novas escolas, principalmente nos núcleos de população estrangeira” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1939).

Ainda sobre a Base Naval da Ilha da Rita, o relatório apresentado em 1940 mostra que a princípio se tinha o desejo de que aquela base pudesse vir a ser desenvolvida com o progresso de expansão naval do país:

[...] foi dado início à construção de uma pequena base para ir sendo ampliada de acordo com o aumento progressivo do material flutuante. Já existindo um terreno no continente com queda d’água e uma ilha a ele fronteira, tudo pertencente a Marinha. (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1940).

Nota-se em 1940 a perspectiva de se seguir os investimentos nas Forças Armadas diante o cenário internacional de guerra. No discurso proferido por Getúlio Vargas, “O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação nacional”, no banquete oferecido pelas Forças Armadas no Automóvel Club do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1940, fica clara essa intenção:

Os acontecimentos da atualidade mostram como fomos previdentes e avisados, iniciando, bem antes que irrompesse a guerra, o nosso reaparelhamento militar. Não agimos sob inspirações improvisadas, mas em obediência a um programa metódico, que abrange todos os setores de defesa, em terra, mar e ar. Cuidamos de atender, ao mesmo tempo, o preparo pessoal e o reequipamento material. E esse reequipamento representa, sem dúvida, um extraordinário esforço do país em benefício da própria segurança [...] Fizemos a reforma dos quadros; fundamos escolas de técnicos e especialistas; ampliamos os efetivos de reserva nos diversos graus de hierarquia; instalamos indústrias bélicas; renovamos arsenais; equipamos bases navais; aumentamos a frota da Marinha de Guerra de dezoito unidades, das quais dez construídas pelos nossos estaleiros (VARGAS, 1940).

Essas condições militares de previsão e estratégias a fim de garantir a segurança se fazem sentir também no relatório de entrega das instalações da base de 10 de maio de 1941, assinado pelo capitão Álvaro Pereira do Cabo.<sup>4</sup> O documento aponta algumas sugestões relevantes que poderiam assinalar essa preocupação política com a região. Ele apresentava como sugestão a colocação de peças de artilharia de pequeno e médio calibre e a “instalação de um sistema antiaéreo para a defesa da ilha em caso de ataque”<sup>5</sup>. Ainda sugere um “aumento da guarnição a fim de atender as necessidades locais”.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Capitão referenciado pelo Museu Histórico de São Francisco do Sul a partir da exposição do seu uniforme em uma das salas de exposição do museu, conforme já apresentado na Figura 9.

Seriam essas necessidades locais somente devidas à sua condição portuária, ou porque seria o acesso de comunicação dos estrangeiros com o interior do país?

Esse destaque também já fora dado no início da década de 1930 quando Raul Tavares, capitão de Mar e Guerra, apresenta um relatório a partir de estudos que viessem justificar a Criação do Ministério da Defesa Nacional, em que enfim visaria à união das Três Forças Nacionais: Terra, Mar e Ar. Nele encontram-se dados estratégicos para a construção de portos militares na costa brasileira, pois Tavares acreditava que somente seria possível a implantação do Ministério caso o Brasil fosse dividido em regiões militares e a costa em distritos navais. O relatório enviado ao presidente do governo provisório em 2 de abril de 1931 justificava a importância de São Francisco do Sul da seguinte maneira: “É de grande importância o Porto de São Francisco por servir uma rica região colonial, [...]” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1931).

Os anos de 1935, 1936 e 1937 foram muito instáveis no direcionamento político do país e que isso, de certa maneira, deve ter se refletido nas políticas de defesa e se processavam no sentido de vigilância na região. Entende-se que a volta do olhar para São Francisco, em 1937, fora uma decisão estritamente política e que essa preocupação política com pontos de Segurança Nacional, de certa maneira, esteve embasada pelas ideologias e discussões sobre a ideia de um “perigo alemão” tendo início a partir de 1938, e que a repressão dada aos alemães dadas pelo estado brasileiro pode ser entendida por duas motivações distintas:

O primeiro, de 1938 a 1941, foi pautado pelo Projeto de nacionalização do governo varguista, que via o alemão ao lado de outras minorias nacionais como “perigo étnico”. O segundo foi definido a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados e configurava o alemão como o “inimigo militar interno”, o “súdito do eixo” residente no Brasil. O segundo momento de repressão é considerado bem mais expressivo em número de casos e em ações policiais. (DIETRICH, 2007, p. 76).

Segundo dados de Dietrich (2007), ao contrário da imigração alemã do século XIX, que tinha por objetivo a ocupação de territórios com atividades agrícolas e pecuárias, nas primeiras décadas do século XX, o perfil dessa imigração se modificou, passando a se concentrar nas áreas urbanas do país. De acordo com o Censo de 1940, somando a população de imigrantes dos três estados do sul e mais do estado de São Paulo, o número chegava a 72.310 pessoas<sup>7</sup>, isso sem contar os teuto-brasileiros, ou seja, descendentes já nascidos em terras brasileiras.

A caracterização simbólica desse ideal nacionalista contou então com a presença nessa região de autoridades políticas e militares nacionais, principalmente a presença do presidente da república assim como os ministros da Marinha e do Exército. O conteúdo simbólico dessa presença foi tão marcante que, segundo Coelho e S’Thiago (2001, p. 54), “ao se avaliar pela repercussão na imprensa, a visita do Presidente Vargas a São Francisco e a Joinville, foi um dos mais importantes acontecimentos políticos ocorridos naquele início dos anos de 1940”. Era o momento ideal para se visitar as áreas de colonização que, desde o começo do século XX, aspiravam certos cuidados e medidas nacionalistas por parte do Estado: o estouro da Guerra. A visão de “O Brasil é brasileiro”, exposta no discurso pronunciado em Blumenau, no dia 10 de março de 1940, vinha ao encontro de uma “intenção” em

---

<sup>5</sup> MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório da Base Naval de Combustível de São Francisco apresentado pelo Capitão Tenente Álvaro Pereira do Cabo. São Francisco, 10 de maio de 1941.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> Ver dados em DIETRICH, 2007, p. 207.

minimizar as práticas repressoras do Estado Novo<sup>8</sup>, nas proibições impostas aos imigrantes e seus descendentes desde 1937. Nas palavras de Getúlio Vargas,

o governo já não se aproxima aos colonos para pedir-lhes votos; o governo tem para eles sentimentos paternais, e deles só se aproxima para ampará-los, para dar-lhes justiça, para garantir-lhes o trabalho e a tranquilidade, para desenvolver-lhes a economia, para aumentar-lhes a riqueza (VARGAS, 1940).

Sendo assim, a atuação do Estado brasileiro no que tange a relações contrárias à diversidade cultural identificava na assimilação dos costumes nacionais o único caminho para a manutenção da ordem social e da convivência harmônica entre os diferentes grupos étnicos que viviam no país, uma vez que implicações étnicas se confluíam com questões políticas e muitas vezes ideológicas por meio do Projeto nacionalizador.

[...] prevaleceu uma concepção de Estado-Nação que nega legitimidade às etnicidades, conforme parâmetros característicos da ideologia nacionalista brasileira gestada desde o século XIX, e que privilegiou a assimilação e o caldeamento racial como base da formação nacional. Destaca a hegemonia de uma visão militar — e o próprio uso do termo “campanha” é, nesse sentido, significativo — na qual os alienígenas (inclusive os nascidos no Brasil) são personagens que precisam ser “conquistados” através da imposição do civismo, num cenário conflituoso definido como “estado de guerra”, onde ressurgiu o velho confronto entre *jus soli* e *jus sanguinis* (SEYFERTH, 1999, p. 74).

O segundo momento de repressão aos alemães se dá quando o Brasil deixa a sua posição de neutralidade e passa a apoiar os Aliados, essa postura do estado brasileiro teve um forte impacto no estado de Santa Catarina. “Durante a Segunda Guerra, além da proibição de se falar alemão, o cotidiano em Santa Catarina foi marcado pelos mais diversos decretos que procuravam normatizar e discriminar as pessoas de origem estrangeira” (SANTOS, 2007, p. 71). Uma forte marcação às empresas com capital alemão foi estabelecida, a chamada “lista negra”. Talvez a mais significativa para a região tenha sido sobre a empresa de navegação Hoepcke, instalada em São Francisco do Sul desde o final do século XIX. Segundo Reis (1999), a empresa findou por sofrer uma intervenção da Marinha, e um oficial foi nomeado para seu comando devido às suas expressivas conexões de transporte internacional apontados em Seibel, Arnhold e Berger (2004):

[...] a Hoepcke mantinha rotas com hidroaviões, cumprindo linhas, nas terças e sextas-feiras a Florianópolis e Porto Alegre e nas quartas-feiras e sábados ao Paraguai, Santos e Rio de Janeiro. Também naquela época alimentava serviço expresso de passageiros e carga entre Brasil e Europa, pelo “Graf Zeppelin” dirigível que efetuava viagens aéreas entre Europa e o Brasil, no período de 1931 a 1937 (SEIBEL; ARNHOLD; BERGER, 2004, p. 24).

A região tinha tamanha importância que um dos “campos de concentração” brasileiros, destinados aos súditos do eixo, localizava-se em Joinville, e que segundo Perazzo (1999), comportava os presos de outras cidades do estado de Santa Catarina, ao passo que os presos de Joinville foram enviados para Florianópolis e Rio de Janeiro.

De acordo com as análises feitas na documentação aprendida pela Delegacia de Ordem Política e Social – Dops, Dietrich (2007) percebe que mesmo não possuindo um grande número de filiados ao partido, o que provavelmente causa certa apreensão, tamanho era o grau de influência dessas personalidades nas comunidades que estavam inseridos.

<sup>8</sup> De acordo com Welfort, “a ditadura foi uma solução para a consolidação do poder pessoal de Vargas e para a instauração do Estado como soberano perante as forças sociais em presença” (WELFORT, 1978, p. 69).



Mesmo que a simpatia à ideologia professada pelo terceiro Reich não significasse uma adesão partidária em massa, percebe-se que os agentes nazistas se encontravam infiltrados em praticamente todos os segmentos sociais da comunidade alemã, pregando fidelidade ao Führer e a construção de uma grande nação alemã, além dos limites territoriais da Alemanha. (DIETRICH, 2007, p. 158).

Dessa forma, a Segunda Guerra foi sentida de forma muito significativa e peculiar no estado de Santa Catarina. Segundo *A história naval brasileira* (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 324), “tanto no Brasil como nos Estados Unidos houve fundadas denúncias de instalação de bases de espionagem em pontos do litoral, onde submarinos inimigos seriam abastecidos”. A região Sul inspirou maiores cuidados devido à grande concentração de descendentes alemães. Uma das medidas, nesse sentido, foi a determinação de que todos os súditos do Eixo se deslocassem para um mínimo de 80 quilômetros do litoral. Segundo os autores, o governo do estado de Santa Catarina processou diversas reclamações, pois a medida atingia imigrantes que se dedicavam exclusivamente à agricultura de subsistência, ficando esta prejudicada no período em questão (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 324).

## 5 Considerações finais

Foram encontrados elementos que atestam que as preocupações relacionadas à ideia de um “perigo alemão” no Brasil culminaram em ações das Forças Armadas para com a região Nordeste de Santa Catarina, naquele período, sendo a idealização e concretização da Base Naval da Ilha da Rita parte da emergência de preocupações acerca de um “perigo alemão” por parte dos elementos de Segurança Nacional e Defesa do Estado, incidindo em ações diplomáticas e estratégias militares.

As questões aqui desenvolvidas indicam que para a tomada de decisão foram levadas em conta as preocupações de ordem política para com os núcleos de imigração germânica de Santa Catarina, principalmente da região nordeste do estado, que gerava um clima de ameaça iminente à soberania do Estado Nacional. Dessa forma, a idealização de uma base naval nesse espaço surgiu em dois momentos - 1918 e 1937 - e, salvo as diferenças políticas, econômicas e sociais de cada período, uma preocupação particular emergiu em ambos: o chamado “perigo alemão”.

Percebemos que ao levantar essas questões possibilitamos reavivar memórias que se referem a importantes momentos históricos da política do Brasil, como também, que seus questionamentos podem servir de reflexão e fomento para novas pesquisas das temáticas aqui trabalhadas.

Sendo assim, pertinente discutir as ações do Estado e suas políticas, sejam ideológicas ou não, de cunho militar ou civil, e suas relações com os sujeitos sociais e suas posições políticas. Questionar quem de fato tem direito, não apenas na utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado, mas principalmente na participação política, da qual pode ameaçar estruturas de poder consolidadas na sociedade, são questões que se seguem mais do que atuais, e a história pode propiciar relações, conexões e até mesmo identificações que podem ser resignificadas e servirem de aprendizado para as ações futuras.

## Referências

- Abreu, G. M. de. 2009. Política Externa e Defesa na primeira metade do século XX. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 25-50.
- Araújo, J. S. de. 2005. A construção do Poder Naval brasileiro no início do século XX: dos programas navais à grande guerra (1904-1917). *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 69-86.
- A Razão. São Francisco do Sul, 31 de dezembro de 1918.

- Bilac, O. 1917. A Defeza Nacional. Rio de Janeiro: Liga de Defeza Nacional.
- Bonanate, L. Segurança. 1998. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO. Dicionário de Política. 11 ed. Brasília: Editora da UnB.
- Brasil. Decreto n. 24.215 de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>, acessado em: 15 de dezembro de 2012.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 1.187 de cinco de outubro de 1917. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>, acessado em 17 de dezembro de 2012.
- Carvalho, J. M. 2006. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Coelho, I; S'Thiago, R. S. 2001. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. *Revista da Univille*, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-61.
- Delegacia de Ordem política e Social do Estado de Santa Catarina. 1944. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Imprensa oficial do Estado, Florianópolis.
- Dietrich, A. M. 2007. *Caça às suásticas em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanitas.
- Falcão, L. F. 2000. *Entre o hoje e o amanhã*. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da Univali.
- Garcia, E. V. 2003. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 23, n. 46, p. 173-200.
- Gertz, R. 1991. *O "perigo alemão"*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS.
- Guedes, S. P. L. de C; Oliveira Neto, W; Olska, M. G. 2008. *O exército e a cidade*. Joinville: Univille.
- Herkenhoff, E. 1998. *História da Imprensa de Joinville*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Ministério da Guerra. Comunicação entre a 5 região militar e o interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, em 26 de setembro de 1939.
- Ministério da Marinha. 1985. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. v. 5. Tomo II. \_\_\_\_\_ . Relatório do Ministro da Marinha ao Presidente da República, de 1918. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>> acesso em 25 de maio de 2012.
- \_\_\_\_\_. Dossiê do Projeto de Criação do Ministério da Defesa Nacional - registro parcial, e relatório de Raul Tavares sobre o projeto. Rio de Janeiro, 1931.
- \_\_\_\_\_. Relatório de Ministro ao Presidente da República. 1940.
- \_\_\_\_\_. Relatório da Base Naval de Combustível de São Francisco apresentado pelo Capitão Tenente Álvaro Pereira do Cabo. São Francisco, 10 de maio de 1941.
- Ministério dos Negócios Interiores. Polícia Civil do Distrito Federal encaminha cópia de manifesto enviado ao jornal "Correio da Noite" – dizendo ser chegado a hora da emancipação do sul do Brasil. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1942.
- Perazzo, P. 1999. *O perigo alemão e a repressão policial do Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo.
- Província de Santa Catarina. Relatório de Ministro da província. Felipe Schmidt. 1917. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil>> acesso em 25 de maio de 2012.
- Queiroz, M. I. P. de. 1989. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. In: *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 1, p. 18-31.
- Queiroz, T. H. S. 2011. Guerra e imprensa: as guerras mundiais e a imprensa brasileira. In: *Comum*, Rio de Janeiro, v.14, n.33, p. 21-57.
- Santos, F. dos. 2007. A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v.1, n.2, p. 62-72.
- Seyferth, G. 1999. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro de Giralda Seyferth. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88.
- SKidmore, T. 2012. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Vargas, G. D. 1938. O estado Novo e as Forças Armadas. In: *A nova política do Brasil*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>, acessado em: 14 de outubro de 2012.
- \_\_\_\_\_. 1940. O sentimento de brasilidade em Blumenau. In: *A nova política do Brasil*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>, acessado em: 14 de outubro de 2012.
- Vidigal, A. A. F. 1985. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Vogt, P. O. 2007. “O alemanismo” e “o perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX”. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 225-258.
- Welfort, F. 1978. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.